

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX – Nº 1.667 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 27 DE MARÇO DE 2003

Renan destaca obra de Graciliano, morto há 50 anos



Graciliano Ramos, que morreu em 1953, também teve passagem pela política, como prefeito de Palmeira dos Índios (AL)

PÁGINA 2

Fome Zero é de toda a sociedade, afirma Graziano no Senado

Em audiência pública conjunta promovida por três comissões, ministro de Segurança Alimentar e Combate à Fome explica que o programa está “em construção”. Segundo ele, uma política nessa área deve se basear em qualidade, quantidade, regularidade e dignidade.



Célio Azevedo

José Graziano com Tebet, Lobão e Jucá: 44 milhões de pessoas vivem em situação de insegurança alimentar

Cidadão terá livre acesso a informações ambientais

PÁGINA 3

Palocci fala hoje ao Plenário sobre a reforma tributária

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, será recebido às 14h30 no Plenário do

Senado, onde falará sobre a proposta do governo Lula para a reforma tributária.

PÁGINAS 4 E 5

Estatuto do Torcedor passa em duas comissões e vai ao exame da CAS

Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (foto) e de Educação aprovaram pareceres favoráveis ao projeto, que tramita em regime de urgência

PÁGINA 3



Célio Azevedo



Romeu Tuma testa os serviços do Interlegis

Tuma quer parcerias para o Interlegis

O primeiro-secretário da Mesa, senador Romeu Tuma (PFL-SP), disse ontem, em palestra no 8º Congresso Brasileiro de Municípios, que o Programa Interlegis do Senado está buscando parcerias para dotar todas as câmaras municipais de microcomputadores conectados à Internet, além de fornecer gratuitamente treinamento e programas específicos para o gerenciamento do trabalho dos vereadores, deputados estaduais e seus assessores.

O programa já atende mais de 1.100 câmaras municipais, tornando disponível, pela Internet, cada detalhe do trabalho do Poder Legislativo nas suas três esferas: municipal, estadual e federal. Atualmente, o Interlegis está aceitando adesões de câmaras já conectadas à Internet.

• Mais informações: www.interlegis.gov.br



ESPELHOS D'ÁGUA DE BRASÍLIA

O livro de fotografias *Espelho d'Água*, de Maria Silva Sucupira, foi lançado ontem à tarde na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, no Senado Federal. A obra reúne 28 fotos da autora e tem como tema imagens do conjunto arquitetônico da Esplanada dos Ministérios refletidas nos espelhos d'água do Congresso, com exceção de uma fotografia, que apresenta o fenômeno da reflexão no lago do Itamaraty. Segundo a autora, seu trabalho constitui uma forma de divulgar a beleza arquitetônica da capital sob uma ótica, até então, inédita.

Ministro pede aumento de verbas para a Defesa

José Viegas Filho diz, em audiência com o presidente do Senado, que é preciso investir no reaparelhamento das Forças Armadas

O ministro da Defesa, José Viegas Filho, defendeu ontem, em audiência com o presidente do Senado, José Sarney, a garantia da destinação de verbas para o reaparelhamento das Forças Armadas, necessário ao cumprimento das funções relativas à segurança.

— A tranqüilidade da nação é assegurada pela existência de um aparelho militar que tenha suficiente poder de dissuasão. O país pode sempre contar com o espírito de disciplina e lealdade para com os valores nacionais visando assegurar a tranqüilidade, mas, para fazê-lo, é preciso investir no reaparelhamento das Forças Armadas — afirmou o ministro.

José Viegas explicou que operações como a do carnaval, no Rio de Janeiro, podem se repetir, mas apenas em caráter especial, porque a função policial é competência do Ministério da Justiça, não sendo intercambiável com a



Durante encontro com Sarney (D), o ministro José Viegas defendeu mais verbas para preparar melhor as Forças Armadas brasileiras

função do soldado.

— Isso não quer dizer que as Forças Armadas não tenham nada a ver com a segurança. A Constituição prevê a participação das Forças Armadas em situações de emergência, excepcionais e com limitações no espaço e no tempo, em operações de garantia da lei e

da ordem. Elas têm o dever de estar preparadas para esse tipo de situação — esclareceu, citando outras preocupações com a segurança, como a guarda das fronteiras terrestres — especialmente as mais despovoadas, ao Norte —, do mar e do espaço aéreo, sujeito a violações e vôos clandestinos.

Renan lembra 50 anos da morte de Graciliano Ramos

Os 50 anos da morte do escritor alagoano Graciliano Ramos (1892-1953) foram lembrados pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL), ontem. Ele ressaltou que a data representa “um marco estético e literário” para todos os brasileiros,

“e particularmente para os alagoanos”. Homenagear Graciliano, afirmou o parlamentar, “é um modo de reafirmar as identidades cultural e política do povo brasileiro”.

Renan lembrou a passagem do



Renan: Graciliano Ramos foi pioneiro da responsabilidade fiscal

escritor pela política, como prefeito de Palmeira dos Índios (AL). Seus relatórios eram “um primor tanto do ponto de vista literário como da ética, da probidade e aquilo hoje chamado de responsabilidade fiscal”. O senador destacou a obra literária de Graciliano, especialmente *Memórias do Cárcere* e *Vidas Secas*.

Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Romeu Tuma (PFL-SP) cumprimentaram Renan pela lembrança de homenagear Graciliano.



AGENDA

QUINTA-FEIRA, 27 DE MARÇO DE 2003

Presidente
José Sarney

10h — Solenidade de entrega do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Luz. *Plenário do Senado*
14h15 — Recebe o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, acompanhado do senador Aloizio Mercadante
14h30 — Preside sessão com a presença do ministro da Fazenda, Antonio Palocci

PLENÁRIO

14h30 — Comparecimento do ministro da Fazenda, Antonio Palocci

COMISSÕES

9h20 — *Comissão de Assuntos Sociais*
Pauta: Instalação das subcomissões temporárias do Idoso, da Criança, do Adolescente e da Juventude; das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais; e da Saúde. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

10h — *Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional*

Pauta: Mensagens submetendo à apreciação do Senado os nomes de Stelio Marcos Amarante e Gilda Maria Ramos Guimarães para, respectivamente, exercerem cargo de embaixador do Brasil junto à Irlanda e a Trinidad e Tobago; e mensagem submetendo a escolha do nome de Antonio Augusto Dayrell de Lima para exercer o cargo de delegado permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

10h — *Comissão de Assuntos Sociais*

Pauta: PLC nº 1/03, dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor; Ofício “S” nº 9/02, encaminha exemplar do Requerimento nº 362/02, aprovado pela Câmara Municipal de Mauá (SP), através do qual solicita instauração de sindicância para apurar possíveis irregularidades na Secretaria de Saúde; Diversos nº 42/97, encaminha ao Senado cópia da decisão adotada pelo TCU referente a atos, fatos e circunstâncias que envolvem a tragédia da Clínica Santa Geneveva, no Bairro de Santa Teresa, Rio de Janeiro; Aviso nº 34/02, encaminha ao Senado cópia da Decisão nº 414/02 — TCU, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, sobre auditoria de natureza operacional, realizada no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), no âmbito do período de extensão da Fase I do Projeto de Cooperação Técnica entre o TCU e o Reino Unido; PLS nº 37/02, dá nova redação ao artigo 24 da Lei nº 8.212/91 e ao parágrafo 1º do artigo 18 da Lei nº 8.213/91, a fim de estender o benefício do auxílio-acidente ao empregado doméstico; PLC nº 108/00, dispõe sobre a obrigatoriedade da fixação de cartazes orientado sobre a falsificação de remédios em farmácias e drogarias; PLC nº 87/02, concede pensão especial a Luiz Felipe Monteiro Dias; entre outros.
Pauta extra — PLC nº 107/02, dispõe sobre os limites e a demarcação do Parque Nacional de São Joaquim (SC). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

10h — *Conselho de Ética e Decoro Parlamentar*
Pauta: Depoimento do delegado da Polícia Federal Gesival Gomes de Souza, nos autos da Denúncia nº 1/03. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza
Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



Plenário aprovou ontem indicação de novos embaixadores brasileiros no Zimbábue, no Timor Leste e na Bolívia

Prefeito omissivo diante de catástrofe pode ser punido

O Senado aprovou ontem a redação final do projeto de lei que institui os crimes de responsabilidade de prefeitos e vereadores que se omitam ou retardem a tomada de medidas de prevenção, na esfera de suas atribuições, contra desastres naturais. O projeto de lei foi sugerido pela Comissão Temporária do "El Niño".

Foram aprovados ainda os nomes propostos pelo governo para embaixadores do Brasil na Bolívia, no Zimbábue e no Timor Leste. Os novos embaixadores são: George Ney de Souza Fernandes, para o Zimbábue, aprovado por 60 votos favoráveis, um contrário e uma abstenção; Kywal de Oliveira, junto ao Timor Leste, aprovado por 59 votos a favor; e Antonino Lisboa Mena

Gonçalves, designado para a Bolívia, com 67 votos a favor e um contra.

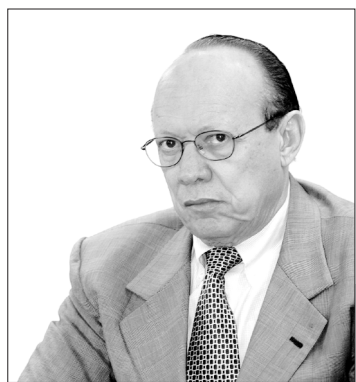
Defendendo a indicação de Mena Gonçalves, o líder do PT, senador Tião Viana (AC), disse que era fundamental que a indicação fosse aprovada, porque o comércio com a Bolívia está sendo reduzido e as vendas para aquele país, que já foram de US\$ 146 milhões, caíram para apenas US\$ 94 milhões.

— Eu, que represento um estado de fronteira, próximo à Bolívia, não posso me conformar que a Bolívia continue a comprar da Austrália carne, milho e outros produtos que o Brasil dispõe para exportação em quantidades mais do que suficientes — afirmou o senador.

Cidadão deve ter acesso a informações ambientais

Todo cidadão brasileiro terá direito a acessar dados e informações ambientais existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), de acordo com projeto de lei oriundo da Câmara dos Deputados, aprovado ontem pelo Plenário.

Conforme o projeto, os órgãos que integram o Sisnama ficarão obrigados a permitir o acesso público a documentos, expedientes e processos administrativos que tratam de matéria ambiental, bem como fornecer todas as informações que estejam sob sua guarda, em meio escritural, sonoro ou eletrônico. Para o relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador João Alberto Souza (PMDB-MA), o acesso à informação é um direi-



Relator na CCJ, João Alberto Souza observou que matéria assegura um direito constitucional

to constitucional, razão pela qual recomendou sua aprovação.

Durante a discussão no Plenário, a proposta recebeu parecer favorável do relator na Comissão de Assuntos Sociais, senador Romero Jucá (PSDB-RR).

Comissões aprovam o Estatuto do Torcedor

Proposta estabelece que responsáveis por tumultos serão impedidos de frequentar estádios e ginásios pelo prazo de três meses a um ano

As comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Educação (CE) aprovaram ontem pareceres favoráveis ao projeto de lei do Executivo que cria o Estatuto de Defesa do Torcedor. A proposta tem por objetivo dar garantias de proteção às pessoas que comparecerem aos estádios de futebol ou aos ginásios esportivos.

O projeto estabelece que o torcedor que promover tumulto, praticar ou incitar a violência e invadir estádios de futebol ou ginásios onde se realizam eventos esportivos ficará impedido de comparecer, pelo prazo de três meses a um ano, às praças esportivas ou às suas proximidades, sem prejuízo das demais sanções cabíveis. Incorrerá nas mesmas penas o torcedor que promover



Matéria aprovada ontem pela CE (foto) e pela CCJ será examinada hoje pela CAS. Decisão final cabe ao Plenário

tumulto num raio de cinco quilômetros ao redor do local onde ocorrer o evento esportivo.

A matéria, que tramita em regime de urgência, será examinada hoje pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em reunião marcada para as 10h. O relator na comissão, senador Sérgio

Guerra (PSDB-PE), é favorável à proposta.

Depois da votação na CAS, segue para deliberação do Plenário do Senado, que tem prazo até o dia 12 de abril para votar o projeto. Caso venha a ser aprovado pelos senadores, vai para a sanção presidencial.

Mercadante diz que proposta tem apoio da Fifa

Ao defender a aprovação do projeto, o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), argumentou que o texto tem o apoio da maioria dos cronistas esportivos brasileiros e do órgão maior que comanda o futebol no mundo, a Fifa. Ele afirmou que as normas previstas na proposta em exame no Senado já estão em prática há anos na Europa.

Na CCJ, o projeto foi aprovado por 16 votos a favor e três contra. Um dos senadores que se manifestou pela rejeição foi José Jorge (PFL-PE), que chegou a apresentar voto em separado à proposta. Ele argumentou que não é contra a criação de um estatuto que zele pela proteção do torcedor. Mas

observou que a proposta do Executivo estava mal elaborada e contém uma série de definições óbvias que deveriam, a seu ver, constar de um dicionário, e não de uma lei. Disse que muitos artigos do projeto já constam do Código de Defesa do Consumidor.

Na Comissão de Educação, o projeto recebeu 16 votos favoráveis. Apenas o senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) votou contra a aprovação, por entender que o projeto era inconstitucional. Ele não admite, por exemplo, ser de responsabilidade dos dirigentes esportivos a invasão de campo promovida por torcedores durante uma partida de futebol, conforme prevê o projeto.

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) também criticou a aprovação da matéria. A seu ver, o torcedor brasileiro necessita de normas de proteção, mas não nos moldes do projeto proposto pelo Executivo, "repleto de imperfeições jurídicas e inócuo de conteúdo prático". Como exemplo, citou o artigo que pune supostos torcedores que provocarem "tumulto" em um raio de cinco quilômetros ao redor dos estádios. Para ele, será muito difícil comprovar a autoria do delito. O senador Jefferson Péres (PDT-AM) considerou um "absurdo" a CCJ aprovar o projeto, já que, observou, continha erros primários de técnica legislativa.

Principais pontos do projeto do Executivo

- Torcedores têm direito a obter informações claras sobre as competições, a íntegra do regulamento, as tabelas, a escalação dos árbitros imediatamente após sua definição, a renda obtida com os ingressos e o número de espectadores pagantes e não-pagantes. Os ingressos devem ter impresso o seu valor correspondente;
- entidades esportivas terão que disponibilizar aos torcedores um ouvidor da competição para reclamações;
- direito à segurança antes, durante e após a realização das partidas; a contratação de segu-

ro de acidentes pessoais para o portador de ingresso e que se disponibilize um médico, dois enfermeiros-padrão e ambulância para cada dez mil torcedores;

— estatuto estabelece punição para o torcedor que promover tumulto num raio de cinco mil metros ao redor do local do evento, praticar ou incitar a violência, ou invadir local restrito aos competidores. Esse torcedor ficará impedido de comparecer a qualquer local em que se realize evento esportivo pelo prazo de três meses a um ano.

DEBATE NO SENADO

Graziano: Fome Zero pertence a toda a sociedade

O Programa Fome Zero foi definido ontem pelo ministro extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, José Graziano, como “um programa em construção, que não pertence a um partido político e sim a toda sociedade”. Graziano, que participou de audiência pública no Senado promovida pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE), Assuntos Sociais (CAS) e Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), afirmou ainda que a iniciativa procura estimular a agricultura familiar, onde haveria uma reconhecida capacidade ociosa.

O obstáculo para alavancar a agricultura brasileira, disse ele, é a restrição de mercado decorrente do protecionismo internacional e da falta de renda da popula-

ção. No seu entender, uma política de segurança alimentar deve se basear em quatro pilares: qualidade, quantidade, regularidade e dignidade. “Fome se resolve com emprego e renda”, declarou.

Graziano disse que o Bolsa-Alimentação, do Ministério da Saúde, é o programa de transferência direta de renda do governo que possui o melhor cadastro. Por essa razão, o seu ministério está buscando interação com a pasta da Saúde, que já atende a 175 mil famílias da região do semi-árido brasileiro. A meta, segundo o ministro, é chegar ao final do ano com 800 mil famílias beneficiadas com o Bolsa-Alimentação e o Cartão-Alimentação, instituído em fevereiro de 2003 e cujo projeto-piloto está sendo desenvolvido nos

municípios piauienses de Guaribas e Acauã, com 779 famílias selecionadas.

No balanço de 85 dias de governo, o ministro destacou, entre as várias ações de sua pasta, a implantação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e suas estruturas nos estados (já existem seis funcionando); a ampliação do fornecimento de merenda escolar; a instituição do Cartão-Alimentação, que beneficiará 179 municípios na sua primeira etapa; o programa de mutirão contra a fome, com 900 pessoas treinadas para atender os doadores através de cen-



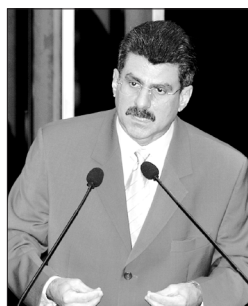
Ao lado de Aloizio Mercadante (E), o ministro José Graziano discute programa de combate à fome com senadores de três comissões

tral de atendimento por telefone; os convênios com entidades do setor empresarial; a difusão de tecnologia da Empresa Brasileira

de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); e a instalação do Conselho do Fundo de Combate à Pobreza.

Para Jucá, programa carece de resultados

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) disse que os resultados do Projeto Fome Zero ainda são pequenos. Para ele, os testes realizados nos municípios de Guaribas e Acauã, no Piauí, também não estão contribuindo para aperfeiçoar o programa. Como presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Jucá anunciou que irá promover debate específico sobre o Fome Zero na comissão.



Romero Jucá anunciou debate na Comissão de Assuntos Sociais

Para o senador, desde outubro de 2002 o governo teve seis meses – e não apenas três, como afirmou o ministro – para detalhar o programa, mas pouco apresentou até o momento.

Em resposta ao senador, Graziano ressaltou que o ministério defende uma “política de segurança alimentar”, que busca atender não apenas às pessoas que passam fome, mas também àquelas em situação de insegurança alimentar. Ou seja, de acordo com os dados do ministro, seriam cerca de 44 milhões. Graziano reconheceu que a expectativa gerada durante a campanha eleitoral foi muito grande e que o governo está tendo dificuldades para acompanhar esse anseio.

Mercadante propõe agenda suprapartidária

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), convidou os senadores a organizar uma agenda suprapartidária para cuidar do Projeto Fome Zero, reunindo as “boas iniciativas” já verificadas no país. Ele exortou os parlamentares a superarem disputas e visões maniqueístas, com o intuito de realizar uma discussão qualificada sobre a fome no Brasil.



Mercadante: experiências positivas são aproveitadas

As experiências positivas, como o Bolsa-Alimentação, estão sendo aproveitadas pelo governo, disse Mercadante, que criticou outros programas sociais do governo passado, como o Bolsa-Renda, cujo cadastro apresenta várias distorções.

O líder do governo afirmou ainda que entre as prefeituras selecionadas pelo programa não há nenhuma do PT. José Graziano reforçou essa colocação, apontando os municípios beneficiados e os partidos correspondentes. Do total de prefeituras identificadas nessa primeira etapa do programa Fome Zero, 25% são do PFL, 24% do PMDB e 17% do PSDB, informou o ministro.

Jefferson e Lando esperam mais que projeto assistencialista

Apesar de reconhecer a necessidade de ações emergenciais em algumas situações, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) admitiu o seu “incômodo” com relação a programas assistencialistas ou paternalistas. Para ele, um programa com público-alvo menor que o Fome Zero permitiria que o governo mostrasse às pessoas como “caminhar com os próprios pés e tornar-se cidadãos”. Jefferson citou como exemplo programa desenvolvido no Chile que vincula o pagamento de um benefício à frequência de crianças à escola, à capacitação profissional do chefe da família e à concessão de microcrédito.

José Graziano registrou que programas assistencialistas com transferência de renda ou em regime de mutirão são apenas parte do Fome Zero. A principal atribuição do ministério, disse, é a articulação interministerial e com governos estaduais e municipais

para garantir as ações necessárias, evitando a dispersão de esforços. De acordo com Graziano, existem outros programas em andamento, como o Bolsa-Escola, o de capacitação profissional e o de concessão de microcrédito.

O senador Amir Lando (PMDB-RO) saudou o programa Fome Zero como uma oportunidade de diminuir o sofrimento do povo brasileiro. Ele entende que o conceito de segurança alimentar é uma idéia que pode tornar utopia em algo concreto.

– O país não pode perder essa chance. A idéia de dar pão a quem tem fome é anterior à Bíblia.

Entretanto, Amir Lando ressaltou que um programa como o Fome Zero não pode durar um período longo e que seu objetivo maior deve ser integrar os pobres e miseráveis ao processo produtivo. Graziano afirmou que quanto menos tempo o programa durar, maior o seu sucesso.

Casa busca saídas desde 1991

Propostas de combate à pobreza são analisadas no Senado desde 1991, quando o senador Eduardo Matarazzo Suplicy (PT-SP) começou a discutir a instituição de um programa de garantia de renda mínima, a que chamava de “Imposto de Renda Negativo”. O projeto foi aprovado pelo Senado e até hoje espera votação da Câmara dos Deputados.

No ano passado, a Casa aprovou, de forma unânime, uma proposta mais ousada, também de autoria de Suplicy: o projeto que garante renda básica incondicional, pelo qual a partir de 2005

todos os brasileiros residentes no país, e estrangeiros residentes há mais de cinco anos, teriam direito a um benefício monetário – não importa se dispõem ou não de renda própria.

Em 1999, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) propôs a criação do Fundo de Combate à Pobreza, transformado em lei no ano seguinte, que é administrado pelo Executivo federal e vigora até o ano de 2010. Antes, por iniciativa da senadora Marina Silva (PT-AC), foi criada comissão especial dedicada a discutir o assunto.



Jefferson Péres e Amir Lando desejam que pobres sejam integrados ao processo produtivo

DEBATE NO SENADO

Linhas de pobreza serão diferentes em cada região

O ministro extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, José Graziano, disse, durante audiência pública para discutir o programa Fome Zero, que é atribuição de sua pasta fixar o que será considerado "linha de pobreza", para determinar quem deve ou não ser classificado em situação de risco alimentar e, portanto, apto a receber recursos do programa. Esses padrões, adiantou, serão criados com base em estudos acadêmicos e deverão ser diferenciados por região.

— Já criamos um grupo de trabalho em conjunto com outros órgãos governamentais diretamente envolvidos no combate à fome, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Insti-

tuto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), para chegar a esse padrão — afirmou o ministro, ao informar que o governo organizará um seminário reunindo pesquisadores envolvidos na discussão do tema.

Sobre a forma como a ajuda para combater a fome chegará aos necessitados, Graziano explicou que cada comunidade será ouvida e decidirá se prefere dinheiro, cartão ou alimentos. O ministério também implantará até o meio do ano um cartão-alimentação específico para cada grupo indígena.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu que os recursos do Fome Zero sejam pagos em dinheiro, para que o benefi-

ciário possa gastá-lo como quiser.

— A Constituição assegura que respeitemos o direito à propriedade. Cada pessoa que tem capital pode receber lucros e gastar como quiser. Se asseguramos aos mais ricos direito de receber rendimentos mesmo sem trabalhar e gastá-los com liberdade, por que não estender a todos os brasileiros o direito de receber uma renda e usá-la? — questionou.

Graziano respondeu que o programa deve começar na direção de assegurar a todos segurança alimentar e, em seguida, caminhar para garantir outros direitos. Ele disse que o governo incluirá o Fome Zero no projeto do Plano Plurianual (PPA), a ser enviado em agosto ao Congresso Nacional.

Mão Santa acha que Piauí está sendo estigmatizado

A escolha de Guaribas e de Acauã, como municípios do projeto-piloto do programa Fome Zero, está ajudando a estigmatizar o Piauí como o local mais pobre do Brasil, segundo o senador Mão Santa (PMDB-PI). A situação dos dois municípios piauienses, segundo ele, não é tão ruim como chegou a ser divulgada pelo governo.

— Uma coisa é receber ajuda do governo, outra é ser humilhado — reclamou Mão Santa, durante a audiência pública.

O senador elogiou o programa do leite desenvolvido no governo de José Sarney e convidou o ministro para conhecer melhor o Piauí, segundo ele um estado "pujante".

José Graziano disse que não há nenhum intuito do governo de usar Guaribas para estigmatizar a pobreza. Mas revelou que foi feito um levantamento sobre a situação precária das contas públicas do município, que tem R\$ 1,5 milhão de recebimentos sem a devida comprovação.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) questionou o ministro sobre os projetos para a agricultura familiar. Graziano respondeu que recuperar o papel e importância da agricultura familiar é um dos principais objetivos do governo, pois esse setor abre caminho para a geração de ocupação e renda em regiões hoje desfavorecidas, permitindo melhores condições de vida. Ele destacou dois programas do Fome Zero que visam incentivar a agricultura familiar: um de incentivo a cooperativas de crédito, e outro, a ser implantado na próxima safra, de compra antecipada da produção dos pequenos agricultores.



Mão Santa: situação de municípios não é tão ruim como divulgado

Arthur Virgílio condena interrupção de projetos

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) lamentou que o governo do presidente Lula da Silva esteja interrompendo projetos que vinham sendo desenvolvidos no governo anterior. Segundo o senador, as políticas implementadas até o ano passado tinham critérios e formas de fiscalização, e na área social foi implantado o cartão magnético, para que não houvesse intermediários entre o governo e o beneficiário.

— Descontinuar tudo isso parece ter um custo político e social proibitivo. Temo que o governo acabe aprisionado no dilema de ter que inventar a roda, em vez de se utilizar de métodos científicos que têm apresentado bons resultados — ponderou Virgílio.

José Graziano disse que o Bolsa-Alimentação foi o único programa do governo anterior encontrado com uma avaliação em curso. Ele apontou a necessidade de se verificarem os resultados dos programas do governo anterior e esclareceu que os bem avaliados serão mantidos.

Virgílio quis saber se a escolha dos municípios inicialmente beneficiados estaria se baseando em critérios políticos. "Não há clientelismo nem favorecimento político", garantiu Graziano, esclarecendo que o programa pretende abranger todas as cidades, mas, no início, vêm sendo atendidos municípios com baixo índice de desenvolvimento humano, boa organização social e que buscaram a parceria com o governo federal.

Graziano negou que a apresentação de nota fiscal para prestação de contas pela população será uma exigência do programa.



Arthur Virgílio: interrupção tem um custo social proibitivo



Efraim Morais indagou sobre ingerências políticas no programa, e César Borges sugeriu o aproveitamento de boas políticas estaduais contra a fome



Governo criará programa de convivência com a seca

Em resposta ao senador Efraim Morais (PFL-PB), José Graziano informou que, na primeira etapa do Fome Zero, todos os municípios beneficiados pelo programa pertencem ao semi-árido nordestino. De cada quatro municípios, um é administrado pelo PFL e nenhum deles tem prefeito pertencente ao PT, disse.

Sobre uma doação feita pelo programa a entidades filantrópicas de São Paulo, da prefeita Marta Suplicy (PT), o ministro explicou que uma das normas do projeto é a de que as doações recolhidas num município fiquem no próprio município, a menos que haja excedente.

Graziano anunciou que está sendo criado o Programa de Convi-

vência com a Seca, além de um projeto de construção de cisternas. Para auxiliar os agricultores, o governo quer mobilizar a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e criar um seguro-safra, que será anunciado nas próximas semanas.

O senador César Borges (PFL-BA) pediu que Graziano aproveite as boas políticas estaduais de combate à pobreza, sem preconceitos e discriminação. "Há possibilidade de intensa parceria entre governos estaduais e municipais", afirmou. Em resposta a uma dúvida do senador, Graziano avaliou que ainda não tem como quantificar o programa Fome Zero, uma vez que o detalhamento do projeto só será apresentado em agosto.

Ministro assegura que não tem preconceito contra os nordestinos

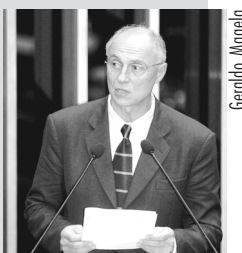
No início da reunião conjunta, o ministro José Graziano agradeceu ao senador Almeida Lima (PDT-SE) pela retirada de moção de censura à frase pronunciada em palestra na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), em 7 de fevereiro de 2003, noticiada e entendida como uma discriminação aos nordestinos. Na ocasião, Graziano dissera: "Se eles (os retirantes) continuarem vin-

do para cá (São Paulo), vamos ter de continuar andando em carros blindados".

O ministro mais uma vez pediu desculpas públicas pela "frase infeliz". "Ela não reflete o que penso e fiz ao longo de minha vida", justificou, também em resposta ao senador César Borges (PFL-BA), ressaltando que não tem qualquer preconceito contra os nordestinos.

Suplicy sugere que senadores façam contribuição de R\$ 500

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu que os 81 senadores façam contribuições ao Fome Zero no valor de pelo menos R\$ 500 cada um. Para dar exemplo, Suplicy encaminhou um cheque ao ministro, no que foi seguido pelo senador Roberto Saturnino (PT-RJ). O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) também entregou um cheque no mesmo valor. Todos os brasileiros podem contribuir.



Eduardo Suplicy

PARA INFORMAÇÕES

● 0800-7072003, www.fomezero.org.br ou www.fomezero.gov.br

PARA DOAÇÕES

● Banco do Brasil, conta nº 100-2003-9, agência 1607-1

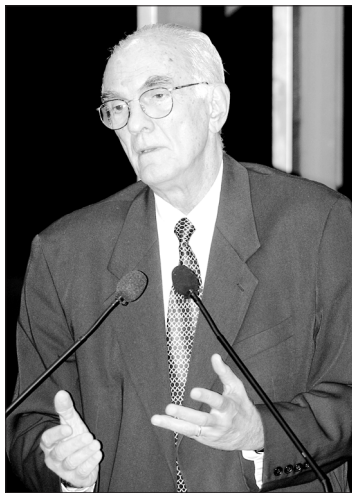
● Caixa Econômica Federal, conta nº 2003-3, agência 0647-5

Saturnino propõe que Brasil deixe o Tratado de Não-Proliferação Nuclear

Para senador, o compromisso perde a razão de ser a menos que os Estados Unidos sofram sanções internacionais pela invasão do Iraque

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) propôs que o Brasil saia do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), preparando-se para produzir artefatos nucleares, caso os Estados Unidos não venham a sofrer sanções internacionais. Para Saturnino, os norte-americanos estão promovendo um massacre contra um país pobre como o Iraque.

— Se o que vale é a força e a defesa cínica dos interesses de cada país, não faz sentido o Brasil ficar como otário, respeitando um compromisso que perdeu sua razão de ser, como é o caso do Tratado de Não-Proliferação Nuclear. Os países têm a obrigação de se armar atômica para serem respeitados, e o Brasil já dispõe de desenvolvimento tecnoló-



Roosevelt Pinheiro

Saturnino: "Países têm obrigação de se armar atômica para serem respeitados"

gico para tal — disse.

Segundo Saturnino, o Brasil tem defendido uma posição ética nes-

se conflito e se destacado na busca da paz e do fortalecimento da Organização das Nações Unidas (ONU). Se a ONU for revigorada, essa deverá ser a política internacional brasileira.

— Mas, com os Estados Unidos agindo sem pudor, ao dar à empresa que foi do vice-presidente Dick Cheney um contrato para ganhar muito dinheiro no Iraque, ficar apenas defendendo a ética será fazer papel de bobo — observou.

Saturnino defendeu também que a ONU deixe de ter sua sede em Nova York, para que não seja ainda mais enfraquecida. Para ele, a ONU não se curvou às pressões dos Estados Unidos e da Inglaterra, não foi vencida nem derrotada pela coalizão.

O senador pelo Rio de Janeiro

conclamou nações como a França, a Rússia, a China e o Brasil a defenderem a permanência da ONU como única instância legítima de solução de controvérsias. "É isso que pedem as inúmeras manifestações de rua contra a guerra e a favor da paz, até mesmo nos Estados Unidos e Grã-Bretanha", disse.

Para Saturnino, o governo norte-americano perdeu sua credibilidade, tendo em vista tantas notícias por ele divulgadas e posteriormente desmentidas pelos fatos.

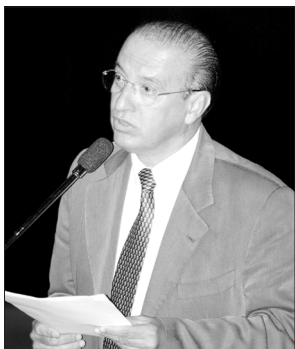
— Não se pode dar fé aos comunicados dos Estados Unidos, quando a recepção calorosa dos iraquianos se transformou em feroz resistência, e cidades que haviam sido conquistadas mais tarde continuavam a resistir.

Valadares anuncia uma Caminhada pela Paz hoje

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) aplaudiu a iniciativa da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da União dos Estudantes Secundaristas (Ubes) de organizar uma Caminhada pela Paz hoje, em todas as capitais, para protestar contra a guerra ao Iraque.

Segundo Valadares, é importante registrar essa iniciativa dos estudantes no Senado, porque é pequeno o espaço que os jovens encontram para a participação política. Na formação de novos líderes, é necessário que eles encontrem meios de interagir, conhecimento para consolidar suas idéias e estratégia para concretizar seus sonhos, argumentou.

Para Valadares, grande parte da



Roosevelt Pinheiro

Valadares elogiou a iniciativa das entidades estudantis UNE e Ubes

Humanidade sabe que as razões apresentadas pelo governo dos Estados Unidos e seus aliados são "pretextos que escondem interesses pessoais, motivos econômicos e desesperada tentativa de reverter a humilhação sofrida pelo império norte-americano nos atentados de 11 de setembro.

Nas últimas semanas, ressaltou o senador, entidades não-governamentais e organismos religiosos vêm se mobilizando pela paz, por compreenderem a irracionalidade ética de qualquer guerra, a impossibilidade de haver conflito armado justo e "certa responsabilidade das religiões, ao permitirem que pessoas que se dizem de Deus possam usar o nome divino para guerrear e matar".

Delcídio define bases para desenvolvimento do Oeste

O senador Delcídio Amaral (PT-MS) defendeu a necessidade de planejamento estratégico para o desenvolvimento econômico e apontou as oportunidades de investimento identificadas para a região Oeste do país (formada por parte dos estados

do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e um município do Pará). O senador ressaltou a posição estratégica dessa região, em termos de integração com as regiões Norte e Nordeste e com a Bolívia e o Paraguai.

Delcídio citou a expansão da agricultura e da agroindústria, com respeito ao meio ambiente, como uma das principais alternativas de geração de oportunidades, empregos e renda. Para ele,



Roosevelt Pinheiro

Senador Delcídio Amaral defende exploração sustentável do Pantanal

o Pantanal deve receber investimentos que levem à sua preservação e exploração de forma sustentável, com melhor aproveitamento dos recursos naturais graças à evolução tecnológica. Investimentos em transportes, energia e telecomunicações reduzirão custos e facilitarão o acesso dos produtos da região aos mercados interno e externo.

Em apartes, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) lembrou que o alto preço do gás boliviano tem freado o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul e dos estados da Região Sul. Para Rodolpho Tourinho (PFL-BA), se o planejamento estratégico tivesse sido cumprido, o país não teria enfrentando a crise energética em 2001.

Adiada votação de PEC que limita reservas indígenas

O Plenário adiou a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que limita em 50%, em cada estado, o território ocupado por reservas indígenas. A iniciativa

de adiar a votação partiu do próprio autor da proposta, senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), para quem a grande renovação por que passou o Senado, em decorrência das últimas eleições, torna importante a rediscussão do assunto. A PEC também determina que a aprovação de processos de demarcação de terras indígenas será competência privativa do Senado Federal.

— A proposta não fere em nada os direitos indígenas ou o direito ambiental, mas resguarda os princípios federativos, ao limitar o alcance do governo federal nos estados — disse o senador, salientando que pela legislação atual basta um decreto do presidente da República, baseado em portaria de um órgão como o Ibama, para que seja criada nova reserva.

Ontem, uma comissão de lideranças caiapó, fulniô, terena, xerente, xavante e guajajara obteve dos senadores Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) e Sibá Machado (PT-AC) o compromisso de intercederem junto a Mozarildo pelo adiamento da votação da PEC.

Ana Júlia pede inclusão de artigo nos Anais

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) requereu a inserção nos Anais do Senado de artigo do engenheiro Nelson Pontes Simas, publicado na edição de ontem do jornal

O Liberal, do Pará, tratando do convênio assinado no final do governo Fernando Henrique Cardoso que determinou a estadualização dos portos do estado do Pará.

Segundo Ana Júlia, o Ministério dos Transportes, de forma acertada e democrática, resolveu realizar audiências públicas para debater o assunto. A senadora explicou que o engenheiro defende, com conhecimento técnico, a importância do governo federal continuar responsável pela gestão dos portos no estado.



Mozarildo Cavalcanti



Ana Júlia Carepa

Suplicy corrige equívoco em requerimento

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ontem que o requerimento encaminhado ao Ministério da Fazenda pelo senador João Ribeiro (PFL-TO), solicitando informações sobre se o estado de Minas Gerais cumpriu, em 2002, as determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal,

deveria ter sido encaminhado para o Tribunal de Contas do estado.

O requerimento, explicou Suplicy, foi apresentado à Mesa do Senado na terça-feira, e o senador, para dar andamento mais rápido ao processo, decidiu, como presidente da Comissão de Relações Exte-

riores e Defesa Nacional (CRE), encaminhar ele mesmo o requerimento ao ministério. Lá, continuou Suplicy, obteve a informação de que a solicitação não deveria ter sido encaminhada ao Ministério da Fazenda, mas sim ao Tribunal de Contas mineiro, órgão responsável pela fiscalização

das contas daquele estado.

O parlamentar paulista falou em comunicação inadiável, que justificou com sua intenção de alertar a Mesa do Senado para a necessidade de avaliar os pedidos a ela apresentados pelos senadores antes de remetê-los aos ministérios.

Lobão anuncia membros da Subcomissão de Segurança

Tasso Jereissati deve presidir o colegiado, que funciona no âmbito da Comissão de Justiça para acompanhar o combate à violência

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Edison Lobão (PFL-MA), informou ontem a composição dos membros da Subcomissão Permanente de Segurança Pública. O novo órgão funciona no âmbito da CCJ e se destina a acompanhar os assuntos relacionados com a segurança pública e o combate à violência no país.

Os membros da subcomissão são: pelo PMDB, os senadores Pedro Simon (RS) e Garibaldi Alves Filho (RN), titulares, e Ney Suassuna (PB) e João Alberto Souza



Indicação de Tasso Jereissati será submetida aos outros membros da subcomissão

(MA), suplentes; pelo PFL, Demostenes Torres (GO) e César Borges (BA), titulares, e Efraim Morais

(PB) e João Ribeiro (TO), suplentes; pelo PT, Serys Shlessarenko (MT), titular, e Sibá Machado (AC), suplente; pelo PSDB, Tasso Jereissati (CE), titular, e Arthur Virgílio (AM), suplente; pelos demais partidos, Magno Malta (PL-ES), titular, e Papaléo Paes (PTB-AP), suplente.

Lobão indicou Tasso Jereissati para presidir a subcomissão, designação que deverá ser submetida aos demais membros. A subcomissão foi criada no último dia 19 em decisão unânime e por iniciativa de Suassuna e Jereissati.

Heráclito: Piauí não aceita presídio de segurança máxima

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) manifestou em Plenário seu "veemente protesto" contra a intenção do governo federal, divulgada por uma agência de notícias, de construir no Piauí um presídio de segurança máxima e transferir para lá o traficante Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, no momento recolhido ao presídio de Presidente Bernardes (SP).

O senador lembrou que o Piauí vem reivindicando do governo Luiz Inácio Lula da Silva a construção da refinaria da Petrobras no Nordeste em seu território.

— Ao invés de ganharmos a refinaria, querem mandar o Fernandinho Beira-Mar para o Piauí. Nós queremos empregos, não presídios. Desculpem a palavra chula, mas o Piauí não é penico do país — protestou.

Ele observou que o Piauí é o primeiro estado do Nordeste a eleger um governador do PT (Wellington Dias), "do mesmo partido do presidente que quer dar este presente aos piauienses". Citou ainda que, em 1987, a Comissão Nacional de Energia Nuclear quis transferir para o Piauí os tambores com rejeitos do acidente com



Heráclito: Piauí está reivindicando refinaria, não presídio

uma cápsula de céscio-137, em Goiânia.

Conforme Heráclito Fortes, o governo federal pretende construir cinco presídios federais para receber criminosos perigosos, o primeiro deles em 40 dias. Disse ainda que tentou conversar com o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), para confirmar ou desmentir a notícia, mas não conseguiu encontrá-lo antes de ir para o Plenário.

Malta cobra mais rigor contra a criminalidade

O senador Magno Malta (PL-ES) pediu ontem medidas concretas contra a criminalidade. Ele quer que a Câmara dos Deputados vote a nova lei do narcotráfico, que aumenta para 20 anos as penas relativas a tráfico de drogas e formação de quadrilha. Informou que o presidente da Câmara, João Paulo Cunha, lhe disse que a medida seria votada ontem, o que não ocorreu.

— Espero que a Câmara dos Deputados dê essa resposta à população — afirmou, referindo-se à morte do juiz da Vara de Execuções Penais de Vila Velha, Alexan-



Magno Malta pede votação da nova lei do narcotráfico

dre Martins de Castro Filho, assassinado na manhã da última segunda-feira.

Segundo o senador, o juiz era seu amigo e seu ídolo, "por sua tenra idade (32 anos), coragem e ousadia".

Malta declarou que, no Brasil, já se vive um estado de exceção. Ele defendeu a criação de uma legislação específica sobre o estado de exceção, com validade de cinco anos. Também pediu a instalação de uma força-tarefa, com membros da Polícia Federal, do Ministério Público Federal e do Banco Central, "para mexer com a malha do crime" no país.

— Cada vez que acontece uma tragédia, temos um pacote de antiviolença, tiramos uma comissão nova. O próprio Estado foi desafiado em praça pública.

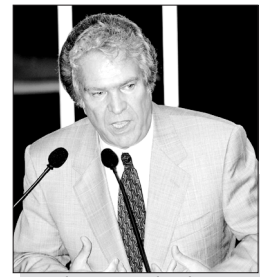
Malta pediu maior atenção das corregedorias, tanto da Justiça quanto das polícias, para acabar com a corrupção. Ele defendeu a criação de uma guarda especial para os presídios. Disse também ser necessário investigar juízes que construíram "em cinco anos um patrimônio invejável".

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) citou o cientista político Norberto Bobbio, que, segundo ele, escreveu que "o mínimo que se tem de se exigir de um governo é a segurança, a vida, a liberdade e a propriedade".

Projeto de Hélio Costa cria figura do "juiz anônimo"

Os recentes assassinatos de magistrados que vinham trabalhando na repressão ao crime organizado levaram o senador Hélio Costa (PMDB-MG) a apresentar projeto de lei que cria a figura do "juiz anônimo". Pela proposta, as decisões judiciais contidas nos autos de processos contra membros de organizações criminosas deverão ser feitas resguardando o anonimato dos juízes que as proferirem. As decisões seriam autenticadas com selos dos tribunais.

Ele disse que a medida, já adotada na Itália e na Colômbia, é uma resposta à ousadia dos criminosos



Hélio Costa lembra que medida é adotada na Itália e na Colômbia

que assassinaram dois magistrados que lutavam contra a impunidade.

Hélio Costa comentou a reação de autoridades ao assassinato do juiz Alexandre Martins de Castro Filho, do Espírito Santo. O senador lembrou que

o próprio presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio Mello, teme que esse assassinato venha a intimidar a Justiça. Também destacou que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação dos Magistrados do Brasil (AMB) já manifestam preocupação com atentados ao estado de direito.

Lúcia Vânia destaca prêmio do Sebrae a prefeito goiano

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) registrou em Plenário a entrega do Prêmio Mário Covas ao prefeito de Campos Verdes, Haroldo Naves, eleito Prefeito Empreendedor de 2002 pelo Sebrae. "É a colaboração de Goiás para o desenvolvimento do país", comemorou, lembrando que o município é conhecido como a "capital mundial das esmeraldas".

Lúcia Vânia observou que a iniciativa procura premiar o esforço das gestões municipais comprometidas com o incentivo a pequenos negócios e à geração de emprego e renda.



Lúcia Vânia

Senado aprova voto de pesar pela morte de empresário

O Plenário do Senado aprovou ontem voto de pesar pela morte do empresário potiguar Aduato Ferreira da Rocha. O requerimento foi apresentado pelos três senadores do Rio Grande do Norte: Garibaldi Alves Filho (PMDB), José Agripino (PFL) e Fernando Bezerra (PTB). Tratava-se, segundo argumentaram, de um dos pioneiros da indústria canavieira do Rio Grande do Norte, morto no último dia 25, aos 88 anos.

Aduato Rocha era natural de Sapé (PB) e chegou àquele estado em 1943, onde dedicou toda a sua vida à agricultura e à pecuária. Foi prefeito de três municípios: Arez, Goianinha e Várzea. Era casado com dona Marluce Rocha e pai de cinco filhos.

César Borges pede cumprimento de resolução

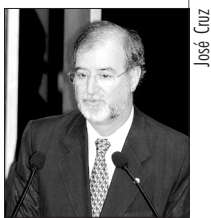
O senador César Borges (PFL-BA) solicitou que a Mesa do Senado encaminhe ao Poder Executivo pedido para que seja cumprida a resolução da Casa que dá prazo de mais 270 dias para que o estado da Bahia renove, amplie e adapte as garantias aos empréstimos no âmbito do Programa de Renovação da Lavoura Cacaueira Baiana. A resolução resultou de projeto do senador aprovado pelo Plenário no dia 19.

Ele dirigiu apelo ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e ao presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, para que a pauta da reunião de hoje do Conselho Monetário Nacional (CMN) inclua a necessidade de adequação dos prazos para que se cumpra a resolução.

Azeredo defende serviço público via Internet

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) cobrou do governo a continuidade dos investimentos federais em projetos destinados a simplificar os serviços públicos pelo uso da tecnologia, especialmente via Internet. Para ele, quanto mais informatizado o governo, menores são os custos e mais rápidos os serviços prestados à população.

Lembrou que o então presidente Fernando Henrique Cardoso determinara união de ministérios em torno do "governo eletrônico" (conhecido como e-gov).

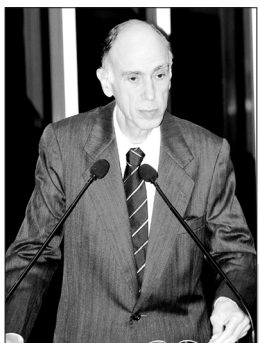


Eduardo Azeredo

Maciel destaca papel do Congresso nas reformas

No primeiro pronunciamento feito da tribuna no atual mandato, senador chama atenção para as mudanças vividas pelo país e recebe 14 apartes com elogios a sua postura política e pessoal

Ao ressaltar o papel do Congresso Nacional na discussão e aprovação das reformas, o senador Marco Maciel (PFL-PE) disse ontem que as transformações pelas quais o país passa exigem uma visão diferenciada do Legislativo para os problemas e suas soluções.



Marco Maciel defende prioridade da reforma política

Durante o discurso, diversos senadores manifestaram admiração por Marco Maciel, que ocupou a tribuna pela primeira vez no atual mandato. Foram 14 apartes, dos senadores Romeu Tuma (PFL-SP), José Jorge (PFL-PE), Jorge Bornhausen (PFL-SC), Patrícia Saboya (PPS-CE), Eduardo Suplicy (PT-SP), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Fernando Bezerra

(PTB-RN), Roberto Saturnino (PT-RJ), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), João Ribeiro (PFL-TO), José Agripino (PFL-RN), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Flávio Arns (PT-PR) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que salientaram a postura ética, a competência política e o comportamento de Maciel.

O senador pernambucano observou, em seu pronunciamento, que a atividade governamental tornou-se muito mais abrangente, extrapolou os poderes tradicionais, agregando novas instituições e passando a ser compartilhada por novos atores e protagonistas, como a opinião pública, o terceiro setor e a ca-

pacidade organizacional de sindicatos e entidades corporativas.

— Ao lado dos poderes tradicionais e insubstituíveis do Estado, essas novas e essenciais instituições políticas e sociais igualmente contribuem para a legitimidade do sistema político. Devemos, portanto, estar atentos a seus movimentos como fatores indispensáveis de nossas próprias ações.

Maciel defendeu as reformas, considerando-as imprescindíveis e inadiáveis.

Para ele, a reforma política é prioritária e não está restrita às modificações na legislação eleitoral e partidária — deve envolver o aperfeiçoamento do sistema de governo e exige “remover zonas cinzentas no relacionamento entre o Executivo e o Legislativo, modernizar os procedimentos do Congresso e promover a reforma do Judiciário”.

Patrícia promete continuar luta pelas causas sociais

Em seu primeiro pronunciamento, feito ontem, a senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE) declarou que vai dar continuidade à luta política na defesa dos direitos humanos, no combate à violência contra crianças e adolescentes, na busca de soluções para a seca, que periodicamente assola o Nordeste, e na tentativa de transformar o Brasil em um país mais justo e digno.

— Quero ser lembrada como a primeira mulher senadora do Ceará, que ergueu o nome do estado e levantou a bandeira das políticas sociais. Quero lutar contra a seca no Nordeste, que maltrata e arranca a

força e a esperança dos que vivem no campo. Quero gritar, se preciso, para assegurar os direitos de milhões de crianças e jovens que todos os dias perdem um pouco de sua infância largados nas calçadas, parados nas esquinas, cheirando cola, limpando pára-brisas, expostos a todo tipo de violência — afirmou.

A senadora lembrou que sempre pautou sua vida política na defesa das causas sociais. Para ela, um dos principais problemas que o Brasil enfrenta nessa área é a falta de integração entre as políticas públicas e a descontinuidade das ações.

O pronunciamento de Patrícia



Roosevelt Pinheiro

Patrícia lembrou seu avô, o ex-senador Plínio Saboya

estava inicialmente previsto para o dia 3 de março, em homenagem a seu avô, o ex-senador Plínio Pompeu de Saboya, que nasceu nessa data, em 1892. A senadora disse que foi o avô o primeiro inspirador de sua caminhada política.

— Com o golpe militar de 1964, ele ingressou no MDB e lutou pela reestruturação das práticas democráticas — salientou.

Senadores ressaltam talento e dignidade da colega

A senadora Patrícia Saboya recebeu 20 apartes de colegas que ofereceram boas-vindas e elogiaram sua trajetória política. O presidente José Sarney, em nome da Mesa, também destacou o talento, a dedicação ao Ceará e a fidelidade que Patrícia dispensa aos seus ideais.

O conterrâneo Tasso Jereissati (PSDB-CE) antecipou que o Senado terá oportunidade de conhecer “a mulher extraordinária, valente e

determinada” que é Patrícia Saboya. Também integrante da bancada do Ceará, o senador Reginaldo Duarte (PSDB) declarou que Patrícia sempre exerceu com dignidade e respeito os mandatos que recebeu do povo cearense.

Ainda manifestaram sua admiração a Patrícia Saboya os senadores Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), Eduardo Suplicy (PT-SP), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Eduardo

Azeredo (PSDB-MG), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), Ana Júlia Carepa (PT-PA), Tião Viana (PT-AC), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC), Fernando Bezerra (PTB-RN), José Agripino (PFL-RN), João Batista Motta (PPS-ES), Renan Calheiros (PMDB-AL), Pedro Simon (PMDB-RS), Aloizio Mercadante (PT-SP), Íris de Araújo (PMDB-GO) e Marco Maciel (PFL-PE).

Garibaldi pede ao governo continuidade do Proágua

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) fez um apelo ontem ao líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), para que o Executivo procure viabilizar, junto ao Banco Mundial, a continuação do Programa Proágua, que envol-



Célio Azeredo

Conforme Garibaldi, falta de contrapartida pode paralisar programa

ve valores da ordem de US\$ 100 milhões como contrapartida a empréstimo feito por aquela instituição. As obras que vinham sendo realizadas com recursos do programa estão sendo paralisadas, explicou.

— O Proágua, que tantos benefícios já proporcionou ao Nordeste, construindo barragens e adutoras para levar água à população rural, está ameaçado, porque o país não compareceu com a contrapartida para fazer face ao financiamento do Banco Mundial

— disse Garibaldi. Segundo ele, os recursos já estão à disposição do país para serem emprestados ao governo federal e aos estados, numa operação tripartite. Enquanto a contrapartida não é feita, porém, uma obra

para abastecer de água a cidade e os distritos da Serra de Sant’Ana (RN) foi paralisada, exemplificou, recorrendo ao testemunho dos demais senadores do Rio Grande do Norte, José Agripino (PFL) e Fernando Bezerra (PTB).

— São cerca de US\$ 30 milhões que poderão voltar para o Banco Mundial. Não se pode admitir uma coisa dessas. É um verdadeiro horror que se deixe recursos a custo baixo viabilizados pelo Banco Mundial voltarem para sua origem — criticou Garibaldi.

Eurípedes registra denúncia de revista contra governador

O senador Eurípedes Camargo (PT-DF) levou ao Plenário ontem denúncia da revista *Carta Capital* sobre o suposto uso de “laranjas” pelo governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, na compra de terras na cidade de Luziânia, em Goiás. Propriedades adquiridas pelo engenheiro Waldo de Araújo Meireles, casado com uma sobrinha de Roriz, teriam sido anexadas à Fazenda Palma, pertencente ao governador.

— Em sendo verdadeiras, as informações contidas na reportagem intitulada “A Dança das Cercas” comprometem em atos ilícitos o governador do Distrito Federal — declarou Eurípedes.

Ainda segundo a reportagem, os ex-donos dos imóveis teriam afir-



Roosevelt Pinheiro

Eurípedes decidiu enviar cópia da matéria ao Ministério Público

mado ser Roriz o real proprietário das terras negociadas com Waldo Meireles, que teria pago pelas propriedades um valor maior que o constante nas escrituras de compra e venda.

A matéria da *Carta Capital* também pôe sob suspeição,

assinou Eurípedes, negócio fechado entre a empresa do engenheiro, a Construtora Waldo Meireles, e a Secretaria de Educação do Distrito Federal. De acordo com a revista, “chama a atenção” nessa contratação, feita por meio de carta-convide, o fato de três das quatro firmas concorrentes terem apresentado propostas de valor idêntico.

O senador comunicou sua decisão de encaminhar cópia da reportagem ao Ministério Público.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos e Romeu Tuma e pela senadora Lúcia Vânia